

Aquarela do Brasil

O cenário se desenrola desde a Avenida Pensilvânia, em Washington, na primavera americana e nos bastidores do FMI, até os salões do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, com escalas no Planalto Central e Brasília. Os personagens mudam, mas o tema é constante: a dívida externa. Como expectadora, a população brasileira.

A população, cada vez mais inquieta, percebe que o ricochetear de palavras, políticas e estratégias não fecha, não bate, não faz sentido. E, sorrindo para não chorar, tem todo o direito de indagar que aquarela bizarra será mesmo essa que estamos pintando.

Se o cenário é São Paulo, onde o Palácio dos Bandeirantes deveria estar à altura dos antepassados e das histórias das Bandeiras, o produto continua cômico. Governadores reunidos sugerem que o Presidente sirva-se da cabeça de um Ministro de Fazenda, que há menos de duas semanas foi ouvido com atenção pela bancada federal do partido ao qual pertencem, aparentemente recebendo um endosso para negociar com os banqueiros.

De quem é a tese da moratória, o pior das pedrinhas em nosso sapato, senão do PMDB, em cuja legenda esses governadores se elegeram? A comicidade nessa mistura de tintas que São Paulo nos manda tem suas raízes no populismo e na bizarra fornada de líderes que o maior, o mais rico e mais industrializado Estado da Federação produziu para a aquarela contemporânea do Brasil. Pagamos o preço da opção populista, que tem seu epicentro em São Paulo.

Se o cenário é Brasília, a mistura sai pior ainda. Estamos diante de um partido majoritário que quer a moratória, fala uma língua xenófoba, protecionista e de desenvolvimento autárquico e, ao mesmo tempo, pede capital novo estrangeiro. Assistimos ao Ministro da Fazenda politizando a questão da dívida externa e ao Presidente do Banco Central afirmando categoricamente que "o que deve ser evitado a todo custo, tanto pelos banqueiros como pelo governo brasileiro, é a politização da dívida". Caso contrário — acrescenta o Presidente do BC, que é homem sério e técnico com conhecimento do terreno — "na próxima rodada de negociações da dívida externa estará no meu lugar o líder do PMDB, um político de verdade, que talvez nem fale sentido como eu". Defende o Sr. Francisco Gros, nesse terreno pontilhado de incoerências, a tese de que "banqueiro tem é que fazer negócio e não política". Realista, ele reconhece que "dinheiro novo é um sonho de uma noite de verão". A curta distância ficou um Plano apresentado pelo ex-Ministro do Planejamento, João Sayad, onde se pedia dinheiro novo.

Onde ficamos em meio aos ziguezagues e ao intenso tiroteio em que foi transformada uma das mais sérias questões para o desenvolvimento brasileiro a longo prazo? É mais que evidente que estamos sofrendo uma espécie de síndrome de uma aquarela de grupo, onde cada qual borra ao seu gosto, não necessariamente afinando com a cúpula

do Governo, atropelado por um processo político tortuoso, que vem desde a morte do Presidente Tancredo Neves até as eleições de 15 de novembro passado e a posse dos novos governadores a 15 de março.

Podemos lamentar o produto populista dessas eleições, mas é preciso reconhecer que os governadores têm a legitimidade do cargo e dele podem reivindicar mudanças que o Presidente da República não pode ignorar. Os Srs. Orestes Quércia, Moreira Franco, Newton Cardoso e Marcelo Miranda estão ocupando o seu espaço político, e, se o fazem de maneira bizarra numa estranha aquarela, ainda assim não podem ser ignorados enquanto o poder Executivo estiver alerta e vivo. Não pode o Presidente da República imaginar que o pedido de reforma ministerial partido dos governadores tenha sido inspirado pelos banqueiros estrangeiros. Nem desconhecer que, quanto mais tempo passarmos mergulhados na pasmaceira que se vai criando com tintas e borrões para todo lado, mais se inquietará a população e mais irão sendo erodidas as fundações do nosso processo político democrático.

É preciso reconhecer que a questão da dívida não pode ser tocada pelo Brasil como se estivéssemos fora do mundo e tudo pudesse se submeter aos nossos princípios autárquicos. Os bancos que levaram os créditos contra o Brasil para as contas de **devedores duvidosos** assim agiram porque são submetidos a leis e procedimentos feitos para serem cumpridos nos Estados Unidos e em outros países industrializados, ao contrário do Brasil, onde nossa originalidade produziu leis que **pegam** e leis que **não pegam**. Nessas circunstâncias, o produto das divergências definitivamente afasta outros bancos, que não vão investir num país listado pelos credores existentes como **non performing** (insatisfatório para suas exigências estatutárias e legais), além de impedir que os atuais credores ampliem suas linhas.

É preciso retirar a dramaticidade e o conteúdo político dessa negociação, como apropriadamente disse o Sr. Gros. Pois basta ver como estavam se encaminhando os acordos de renegociação multianual (MYRAS) entre devedores e credores, para concluir que existem alternativas para dialogar com bancos e instituições multilaterais sem confrontação. Quanto pior ficar o tom das cores dessa aquarela, pior será seu desfecho, a menos que a opção brasileira seja mais autárquica que as economias fechadas do bloco socialista, todas elas hoje empenhadas em abrir janelas para o crédito, os capitais e a tecnologia estrangeiras.

O Presidente deve encontrar com urgência os caminhos para a recomposição de um quadro onde progressivamente os efeitos da queda dos investimentos, da alta dos custos e do aperto de caixa se fazem sentir principalmente sobre as empresas privadas. As tintas que se vão espalhando desordenadamente nesse quadro podem se misturar, terminando por produzir um cenário negro, onde aos brasileiros não restará senão rir, para não chorar.